



Unidade de Capacitação da Diretoria de Gestão de Pessoas

TERMO DE REFERÊNCIA

1. INDICAÇÃO DO OBJETO

1.1 Contratação da empresa Excelência Educação e Ensino Ltda., para ministrar o curso: “Contratações Públicas na Lei nº 14.133/2021”, para atender às necessidades de treinamento, atualização e aperfeiçoamento das servidoras lotadas na Diretoria Administrativa.

2. ESPECIFICAÇÃO DO OBJETO

2.1 Contratação da empresa Excelência Educação e Ensino Ltda., para ministrar o “Contratações Públicas na Lei nº 14.133/2021”, a realizar-se de 17 e 18 de novembro de 2025, no formato presencial, em Goiânia/GO, com carga horária total de 16 horas-aula, visando capacitar 8 (oito) servidoras da Diretoria Administrativa, conforme especificações deste termo de referência.

3. JUSTIFICATIVA DA CONTRATAÇÃO

3.1 Com a vigência da Lei nº 14.133/2021, o novo regime jurídico de licitações e contratos administrativos consolidou uma profunda reformulação das práticas de contratações públicas no Brasil. A legislação trouxe novas exigências normativas, procedimentais e técnicas que demandam dos agentes públicos domínio atualizado das etapas de planejamento, seleção de fornecedores, gestão e fiscalização contratual. Nesse cenário, a capacitação contínua dos servidores torna-se essencial para assegurar que as contratações sejam conduzidas com eficiência, segurança jurídica, economicidade e plena conformidade.

3.2 Nesse contexto, o curso “Contratações Públicas na Lei nº 14.133/2021” apresenta-se como ação estratégica de capacitação, tendo em vista a necessidade de assegurar o cumprimento rigoroso dos dispositivos legais e regulamentares, bem como de garantir a eficiência, a economicidade e a segurança jurídica dos processos de compras e contratações públicas.

3.3 O curso abordará de forma abrangente e prática todos os

aspectos da nova legislação, incluindo a fase preparatória, com destaque para a elaboração do Plano de Contratações Anual (PCA), do Estudo Técnico Preliminar (ETP) e do Termo de Referência (TR), além de temas como pesquisas de preços, aspectos regulatórios, modalidades licitatórias, dispensa eletrônica, inexigibilidade, sistema de registro de preços, regime jurídico dos contratos administrativos, garantias, equilíbrio econômico-financeiro, nulidade contratual e sanções administrativas.

3.4 Temas estes que se relacionam diretamente com as atribuições das servidoras lotadas na Diretoria Administrativa deste Tribunal, uma vez que atuam em garantir a conformidade dos processos de contratação, aditivos e prorrogações aplicando a legislação vigente e as normas internas do TJGO, bem como controlar a execução dos contratos administrativos no âmbito de sua competência, orientando as unidades subordinadas quanto aos processos de contratação e a execução de contratos. Ademais, devem coordenar, implementar e manter controles internos para os processos de contratação e as atividades de instituição, realizando a manutenção de controles internos adequados e eficientes para os processos de contratações da respectiva área demandante. Por fim, atuam na coordenação e implementação da gestão de riscos das contratações da respectiva área solicitante, orientando os demais coordenadores e diretores de divisão quanto às ações sob sua responsabilidade.

3.5 A atualização técnica no tema é imprescindível para a plena execução das atividades do Tribunal, sobretudo nas etapas de planejamento das contratações, análise jurídica de processos licitatórios, gestão e fiscalização contratual e adequação dos fluxos internos às novas normas legais e regulamentares. O domínio dessas matérias contribuirá diretamente para a mitigação de riscos, a prevenção de falhas procedimentais e a conformidade institucional perante os órgãos de controle.

3.6 Além disso, a participação no referido curso permitirá a integração entre servidores de diferentes unidades e órgãos públicos, promovendo o intercâmbio de boas práticas e o fortalecimento da cultura de governança nas

contratações.

3.7 Portanto, a participação das servidoras indicadas configura-se como ação de capacitação estratégica, alinhada às metas institucionais de aprimoramento técnico, eficiência administrativa e conformidade com a legislação vigente, atendendo aos princípios da economicidade, legalidade e transparência que norteiam a gestão pública.

3.8 Assim, considerando a relevância dos temas, o elevado nível técnico dos palestrantes e a necessidade de atualização contínua dos servidores lotados na Diretoria Administrativa, a participação no curso Contratações Públicas na Lei nº 14.133/2021 constitui ação estratégica para o aprimoramento das atividades contratações públicas, refletindo positivamente no desempenho institucional dos servidores, cujas atribuições estão diretamente relacionadas ao tema.

4. REQUISITOS NECESSÁRIOS

4.1 O curso deriva de uma atuação intelectual que não pode ser definida de modo objetivo e selecionada por meio de critérios como preço e/ou técnica. Assim, não há possibilidade de delimitar critérios que permitam a comparação/competição com eventuais capacitações existentes no mercado.

4.2 Um serviço intelectual, técnico-profissional e especializado, em regra, não será igual a outro. Nem o mesmo autor consegue produzir a mesma informação do mesmo modo. Logo, esses serviços não podem ser comparados e selecionados por meio de um critério objetivo. É a natureza, a qualidade, a complexidade e a diferenciação do serviço que o individualizam a tal ponto de tornar inviável sua comparação com outros que eventualmente existam no mercado.

4.3 A presente contratação, se enquadra no artigo 74, inciso III, alínea f, da Lei n.º 14.133.2021, como serviços técnicos especializados de natureza predominantemente intelectual nas áreas de administração orçamentária, financeira, e de contratações públicas, logo se dará por inexigibilidade de licitação.

4.4 A capacitação não é presumidamente detida por qualquer profissional habilitado. Desse modo, destaca-se a participação do profissional,

conforme currículo disponibilizado nos autos do processo.

4.5 Para a efetivação da contratação, a contratada deverá preencher os requisitos de habilitação necessários.

5. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

5.1 A escolha da empresa Excelência Educação e Ensino Ltda., baseia-se na confiança e reconhecimento pelo mercado da qualidade e confiabilidade de sua atuação na área de ministração de cursos, que legitimam seu enquadramento na modalidade de serviços técnicos especializados de natureza predominantemente intelectual, conforme previsto no artigo 74, inciso III, alínea f, da Lei n.º 14.133/2021, e da Orientação Normativa n.º 17/2009, da Advocacia-Geral da União.

5.2 Ademais, a contratação obedecerá às disposições da lei supracitada e alterações posteriores da Lei Estadual n.º 17.928/2012, bem como às disposições deste termo de referência.

6. CRITÉRIOS DE ACEITABILIDADE DA PROPOSTA

6.1 Comprovação da experiência da empresa na prestação de serviços de capacitação para servidores públicos;

6.2 Qualificação dos profissionais envolvidos, como palestrantes, para ministrar o curso;

6.3 Adequação do conteúdo programático proposto pela associação às necessidades e demandas da administração pública;

6.4 Demonstração da capacidade técnica da associação para oferecer a capacitação de forma eficiente;

6.5 Garantia de disponibilidade dos palestrantes em comparecerem pessoalmente ao local do evento, caso o curso seja presencial;

6.6 Apresentação de métodos de avaliação da qualidade do curso e do aprendizado dos servidores;



Unidade de Capacitação da Diretoria de Gestão de Pessoas

6.7 Compromisso com a excelência e a eficácia na capacitação, visando resultados positivos para os servidores e a instituição;

6.8 Proposta de preço justo e condizente com o mercado, considerando o valor total do curso e formas de pagamento;

6.9 Transparência quanto aos custos envolvidos e detalhamento dos serviços incluídos no valor proposto;

6.10 Conformidade com a Lei 14.133/2021 e demais normas aplicáveis à contratação de serviços pela administração pública;

6.11 Garantia de que a associação está preparada para oferecer o curso no prazo e na quantidade de vagas solicitadas;

6.12 Apresentação de referências ou casos de sucesso anteriores de capacitações realizadas pela associação;

6.13 Recomendações ou avaliações positivas de clientes anteriores.

7. CRITÉRIOS DE ACEITABILIDADE DO OBJETO

7.1 Ministração do curso “Contratações Públicas na Lei nº 14.133/2021”, a realizar-se de 17 e 18 de novembro de 2025, no formato presencial, em Goiânia/GO, com carga horária total de 16 horas-aula, conforme proposta;

7.2 Fornecimento de material de apoio exclusivo e apostila impressa, conforme proposta;

7.3 Fornecimento de 1 (um) livro da *Coletânea: Legislação de Contratações Pública* a cada participante, bem como 4 (quatro) coffee break's;

7.4 Fornecimento do certificado digital de participação;

7.5 Ser admitida a substituição de quaisquer dos participantes indicados pelo CONTRATANTE até 1 (um) dia antes do início do curso. Eventual cancelamento de inscrição só será possível se solicitado com a antecedência mínima de 5 (cinco) dias úteis anteriores ao início do curso, hipótese em que será

Unidade de Capacitação da Diretoria de Gestão de Pessoas

garantida a devolução do valor integral relativo à inscrição;

7.6 Caso não se atinja o número de inscrições necessários para a formação da turma, será garantido à CONTRATADA o direito de adiar ou cancelar a realização do curso;

7.7 A Diretoria de Gestão de Pessoas deste Tribunal de Justiça será responsável pelo controle e fiscalização desta contratação;

7.8 O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da CONTRATADA pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato.

8. ESTIMATIVA DE PREÇO DA CONTRATAÇÃO

8.1 A empresa Excelência Educação e Ensino Ltda., nos termos do art. 72, inciso II da Lei 14.133/2021, na forma estabelecida no art. 23, §4º deste dispositivo legal, apresentou 3 (três) justificativas apuradas por serviços prestados a outras instituições públicas com objetos semelhantes e da mesma natureza desta contratação.

8.2 Essas justificativas referem-se a contratações realizadas no período de até 1 (um) ano anterior à data da contratação pela Administração e encontram-se disponíveis nos autos do processo.

8.3 O valor estimado unitário estimado da contratação é de R\$ 2.000,00 (dois mil reais) por inscrição, totalizando R\$ 14.000,00 (quatorze mil reais) para 7 (sete) inscrições presenciais.

8.4 Na proposta comercial ofertada a este Tribunal de Justiça, apresentou valor unitário idêntico ao estimado, ou seja, R\$ 2.000,00 (dois mil reais) por inscrição, resultando igualmente no valor total de R\$ 14.000,00 (quatorze mil reais) para 7 (sete) inscrições. Destaca-se, ainda, que foi concedido uma oitava inscrição como cortesia.

8.5 Nesse contexto, ao considerar a análise das justificativas de preço, a inclusão da inscrição adicional e a proposta comercial, fica evidenciado que

o valor apresentado pela contratada demonstra que os preços estão em consonância com aqueles praticados em contratações similares, nos termos do art. 10, do Decreto 9.900/2021.

9. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA PARA A DESPESA

9.1 Elemento da Despesa: 3.3.90.39.86.

10. CONDIÇÕES DE EXECUÇÃO

10.1 O serviço será executado de acordo com as especificações descritas no item 1 e 2 deste Termo de Referência, bem como da proposta apresentada pela contratada, sendo de responsabilidade da contratada a disponibilização dos palestrantes, o fornecimento de material de apoio exclusivo, apostila impressa e 1 (um) exemplar do livro *Coletânea: Legislação de Contratações Públicas* para cada participante, além da oferta de 4 (quatro) coffee breaks. Também será de responsabilidade da contratada a emissão dos certificados digitais de capacitação e o gerenciamento dos recursos humanos necessários para a plena execução das atividades.

11. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

11.1 A CONTRATADA deve assumir todas as despesas referentes à ministração do curso, encargos sociais, fiscais, trabalhistas e previdenciárias da equipe de instrutores;

11.2 Comunicar ao CONTRATANTE, no prazo máximo de 15 (quinze) dias que antecede a data da prestação do serviço, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

11.3 Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na contratação;

11.4 Afirmar ter ciência dos termos da Resolução nº 157, de 23 de junho de 2021, deste Tribunal de Justiça do Estado de Goiás, que instituiu a Política de Prevenção e Enfrentamento do Assédio Moral, do Assédio Sexual e da

Unidade de Capacitação da Diretoria de Gestão de Pessoas

Discriminação no âmbito deste Poder Judiciário, comprometendo-se a instruir seus funcionários a respeito do normativo, inclusive, fomentando práticas de prevenção de assédio e orientações sobre os procedimentos de denúncia;

11.5 A CONTRATADA deverá estar ciente de que quaisquer entendimentos com o CONTRATANTE serão feitos por escrito, não sendo consideradas quaisquer alegações com fundamento em ordens ou declarações verbais;

11.6 A CONTRATADA se responsabilizará pela permanente manutenção de validade da documentação: jurídica, fiscal, técnica e econômico-financeira da empresa, assim como pela atualização da formação técnica de seus profissionais;

11.7 À CONTRATADA serão vedados, sob pena de rescisão e aplicação de qualquer outra penalidade cabível, a divulgação e o fornecimento de dados e informações referentes à prestação de serviços objeto desta contratação;

11.8 São de exclusiva responsabilidade da CONTRATADA todas as despesas com custos diretos e indiretos requeridos para a execução dos serviços objeto da contratação;

11.9 É vedada a subcontratação, salvo autorização deste Tribunal.

12. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

12.1 Enviar em tempo hábil a lista de inscrição dos participantes para elaboração dos certificados digitais;

12.2 Disponibilizar um espaço adequado para a realização do curso ou evento quando se tratar da modalidade *in company* presencial;

12.3 Dispor todas as informações, documentos e processos que a CONTRATADA reputar necessários, visando à adequada prestação dos serviços;

12.4 Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da CONTRATADA, através de comissão/servidor especialmente designado;

Unidade de Capacitação da Diretoria de Gestão de Pessoas

12.5 Enviar nota de empenho com até 15 dias de antecedência ao evento;

12.6 Efetuar o pagamento devido à contratada pela execução dos serviços prestados, nos termos e prazos previstos neste termo de referência, após terem sido devidamente atestados pela contratante.

13. GESTÃO DO CONTRATO E FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

13.1 Nos termos do art. 117 da Lei nº 14.133/2021, será designado representante para acompanhar e fiscalizar a prestação de serviço, anotando em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução e determinando o que for necessário à regularização de falhas ou defeitos observados.

13.2 Gestoras e Fiscal do Contrato: Diretoria de Gestão de Pessoas – servidoras: Karla Sampaio Cardoso, matrícula n.º 5049547 e Byanna Aires de Castro Aragão, matrícula n.º 5118794.

13.3 A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas ou vícios redibitórios, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 120 da Lei nº 14.133/2021.

13.4 O gestor do contrato anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das falhas observadas e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

14. CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

14.1 O pagamento será realizado no prazo máximo de até 30 (trinta) dias consecutivos, contados a partir do recebimento da Nota Fiscal, através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta-corrente indicados pela CONTRATADA.

14.2 Para execução do pagamento, a CONTRATADA deverá fazer constar da nota fiscal correspondente, emitida, sem rasura, em letra bem legível, em nome do Tribunal de Justiça do Estado de Goiás – TJGO (CNPJ n.º 02.292.266/0001-80), o nome do banco, o número de sua conta bancária e a respectiva agência.

14.3 A Nota Fiscal deverá ser emitida pela própria CONTRATADA, obrigatoriamente com o número de inscrição no CNPJ apresentado nos documentos de habilitação e das propostas, não se admitindo Notas Fiscais emitidas com outros CNPJ, mesmo aqueles de filiais ou da matriz.

14.4 Caso a CONTRATADA emita nota fiscal eletrônica, deverá enviar os arquivos digitais em formato XML da NF-e para o Tribunal, por e-mail ou por meio de sistema específico. Conforme as orientações do Gestor e/ou Fiscal do Contrato.

14.5 Considera-se ocorrido o recebimento da nota fiscal no momento em que o CONTRATANTE atestar a execução do objeto do contrato.

14.6 A Nota Fiscal deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio das certidões prevista no art. 68 da Lei nº 14.133/2021 e informação do Cadastro Informativo dos Créditos não Quitados de Órgãos e Entidades Estaduais (CADIN ESTADUAL).

14.7 Os documentos referentes à regularidade fiscal deverão apresentar igualdade de CNPJ, ressaltando-se aquele que o próprio órgão emissor declara expressamente no referido documento que ele é válido para todos os estabelecimentos, sede e filiais da CONTRATADA.

14.8 Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal ou dos documentos pertinentes à contratação, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, como, por exemplo, obrigação financeira pendente, decorrente de penalidade imposta ou inadimplência, o pagamento ficará sobrestado até que a CONTRATADA providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da

situação, não acarretando qualquer ônus para o CONTRATANTE.

14.9 Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

14.10 Antes de cada pagamento à CONTRATADA, será realizada consulta às certidões de regularidade fiscal para verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas neste Termo de Referência.

14.11 Constatando-se a situação de irregularidade da CONTRATADA, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do CONTRATANTE.

14.12 Previamente à emissão de nota de empenho e a cada pagamento, o CONTRATANTE deverá realizar consulta para identificar possível suspensão temporária de participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

14.13 Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o CONTRATANTE comunicará aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da CONTRATADA, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

14.14 Persistindo a irregularidade, serão adotadas as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à CONTRATADA a ampla defesa e o contraditório.

14.15 Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso a CONTRATADA não regularize sua situação junto ao órgão correspondente será rescindido o contrato em execução com a CONTRATADA inadimplente, salvo por motivo de economicidade ou outro de interesse público de alta relevância,

Unidade de Capacitação da Diretoria de Gestão de Pessoas

devidamente justificado, em qualquer caso, pela máxima autoridade do CONTRATANTE.

14.16 Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

14.17 A CONTRATADA regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar n.º 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

14.18 No caso de eventual atraso de pagamento, desde que a CONTRATADA não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pelo CONTRATANTE, entre a data do vencimento e o efetivo adimplemento da parcela, é calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:

$EM = I \times N \times VP$, sendo:

EM = Encargos moratórios.

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento.

VP = Valor da parcela a ser paga. I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

$I = (TX) I = (6/100) 365 I = 0,00016438$

TX = Percentual da taxa anual = 6%

14.19 A contratada não poderá ceder ou dar em garantia, em qualquer hipótese, no todo ou em parte, os créditos de qualquer natureza, decorrentes ou oriundos da contratação.

15. VIGÊNCIA DA CONTRATAÇÃO

15.1 Processo administrativo de contratação adequadamente instruído, com vigência vinculada à execução completa e imediata do objeto, qual seja: ministração do curso “Contratações Públicas na Lei nº 14.133/2021”, incluindo material de apoio exclusivo, apostila impressa e 1 (um) exemplar do livro *Coletânea: Legislação de Contratações Públicas* para cada participante. O evento contará, ainda, com 4 (quatro) coffee breaks e com o fornecimento de certificado digital de participação, conforme especificado no folder do evento.

16. SANÇÕES CONTRATUAIS

16.1 A aplicação das sanções administrativas seguirá o procedimento disposto no Decreto Judiciário nº 3.753/2025, abrangendo as hipóteses, condições e o rito previstos nesse diploma.

17. CONDIÇÕES GERAIS

17.1 O objeto da presente presente contratação está alinhado com as diretrizes de planejamento e sistematização das ações de capacitação voltadas à gestão administrativa, atendendo a um dos objetivos do Planejamento Estratégico – Sexênio 2021/2026 – do Poder Judiciário do Estado de Goiás, dentro do Macrodesafio para aperfeiçoar a Gestão de Pessoas, e será executado conforme a proposta apresentada e demais condições estabelecidas neste Termo de Referência.

17.2 O custo desta contratação é fixo, porém, reajustável mediante requerimento da CONTRATADA, aplicando-se o IPCA/IBGE, observado o interregno mínimo de um ano, contado a partir da data do orçamento ao qual a proposta se referir, ou seja, da data da assinatura do mapa estimativo elaborado para a contratação (art. 25, §7º, da Lei n.º 14.133/2021).

18. ORÇAMENTO DETALHADO

18.1 Foi apresentada proposta comercial direcionada a contratação em tela, pela empresa Excelência Educação e Ensino Ltda., inscrita no CNPJ 26.855.539/0001-16, com valor unitário de R\$ 2.000,00 (dois mil reais), totalizando R\$ 14.000,00 (quatorze mil reais) para 7 (sete) inscrições pagas, sendo a oitava



Unidade de Capacitação da Diretoria de Gestão de Pessoas

inscrição concedida como cortesia, conforme planilha abaixo:

Tomador do Serviço	Proposta (preço unitário)	Valor Global
Tribunal de Justiça do Estado de Goiás - TJGO (7 inscrições e 1 cortesia).	R\$ 2.000,00	R\$ 14.000,00

Wanessa Oliveira Alves

Diretora de Gestão de Pessoas

ASSINATURA(S) ELETRÔNICA(S)

Tribunal de Justiça do Estado de Goiás

Para validar este documento informe o código 116505459037 no endereço <https://proad-v2.tjgo.jus.br/proad/publico/validacaoDocumento>

Nº Processo PROAD: 202511000683143 (Evento nº 19)

WANESSA OLIVEIRA ALVES

DIRETOR(A) DE GESTÃO DE PESSOAS.

DIRETORIA DE GESTÃO DE PESSOAS

Assinatura CONFIRMADA em 12/11/2025 às 12:11

